



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Filosofia, Artes e Cultura
Departamento de Artes Cênicas



JACKELINE MOREIRA ANÁLIO

FEMINISMO E RELIGIÃO CRISTÃ:

Práticas artístico pedagógicas interseccionais em espaços de religiosidade

Ouro Preto, MG
2021

Jackeline Moreira Análio

FEMINISMO E RELIGIÃO CRISTÃ:

Práticas artístico pedagógicas interseccionais em espaços de religiosidade

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Artes Cênicas - Licenciatura do Departamento de Artes Cênicas (DEART) do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito parcial para a obtenção do diploma de Licenciatura em Artes Cênicas.

Orientadora: Prof. Dra. Nina Caetano (Elvina Maria Caetano Pereira)

Ouro Preto, MG
2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A532f Analio, Jackeline Moreira.

Feminismo e Religião Cristã [manuscrito]: práticas artístico pedagógicas interseccionais em espaços de religiosidade. / Jackeline Moreira Analio. - 2021.

40 f.: . + Links de acesso a materiais audiovisuais, e ao roteiro de uma entrevista feita pela autora..

Orientadora: Profa. Dra. Nina Caetano (Elvina Maria Caetano Pereira).
Produção Científica (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Filosofia, Artes e Cultura. Graduação em Artes Cênicas

1. Feminismo . 2. Religiosidade. 3. Arte-Educação. 4. Comunidade. I. Pereira), Nina Caetano (Elvina Maria Caetano. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 27

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



FOLHA DE APROVAÇÃO

Jackeline Moreira Análio

Feminismo e Religião Cristã: práticas artístico pedagógicas interseccionais em espaços de religiosidade

Artigo apresentado ao Curso de Artes Cênicas - Licenciatura da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada

Aprovada em 26 de agosto de 2021

Membros da banca

Profa. Dra. Elvina Maria Caetano Pereira (Nina Caetano) - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Neide das Graças de Souza Bortolini - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Profa. Dra. Elvina Maria Caetano Pereira (Nina Caetano), orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/10/2021



Documento assinado eletronicamente por **Elvina Maria Caetano Pereira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/10/2021, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0237527** e o código CRC **BC09E19F**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e bençãos.

Aos meus pais, Irene e João Carlos, por serem meu porto seguro.

Às irmãs Caroline, Jayne e Tatiane, as melhores partes de mim.

A todas/os/es professoras/es que fizeram parte da minha vida estudantil.

À Bia Cordeiro e ao Grupo de Teatro Segundo Sol.

Às famílias Moreira e Análio, pelo apoio e incentivo.

A todas/os/es que acreditaram no meu voo e alçaram minhas asas.

Às amigas/os/es de Ouro Preto, companhias de estudo e de “rock”.

Às Najas: Kananda, Law, Mili e Romanelli, pela entrega de uma amizade, pelos sorrisos e lágrimas e pelos sonhos buscados juntas.

À República Algodão Doce, meu segundo lar.

À MultiCultural Produções Artísticas, uma família.

À Lawanda Ritchely, por dividir angústias e alegrias todos os dias durante a escrita desse artigo, por nos encorajarmos, por sermos irmãs.

À Nina Caetano, pela inspiração, empatia, cuidado e amizade.

À Pastoral da Juventude de Ouro Preto, à Olívia Coelho e à comunidade do Padre Faria.

A todo o corpo estudantil e pedagógico da E.E.D. Horácio Andrade, pelas portas abertas.

Ao NINFEIAS e, em especial, a elas: Carol Moraes, Keila Assis, Marcinha Baobá, Giulia Oliva e Amanda Marcondes pelas mãos dadas nessa jornada.

*“E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor
Flor e fruto”
(Milton Nascimento – Coração de estudante)*

RESUMO

O presente artigo trata da coexistência entre feminismo e religião cristã, apontando os conflitos, desafios e críticas a respeito da conduta dogmática e moralizante que invade a esfera pública no Brasil, em contrapartida ao processo de luta pelos direitos sociais das minorias encabeçado por associações religiosas progressistas. Debruço-me sobre a incidência de religiões cristãs no âmbito das decisões políticas e sociais, como na criminalização do aborto e em atos de racismo religioso, bem como discuto a atuação social das Pastorais da Juventude, utilizando o método de entrevista. Através de reflexões acerca das temáticas étnico raciais e de gênero na Educação Básica brasileira, procuro explorar a possibilidade de se pensar o cristianismo sob uma perspectiva feminista interseccional, a exemplo da doutora Ivone Gebara sobre o conceito de Teologia Feminista, pelo qual tornam-se possíveis novas hermenêuticas em prol da problematização das lógicas androcêntricas de opressão da Igreja Católica. Analiso o que nomeio “espaços de religiosidade”, entendendo-os como lugares possíveis para o compartilhamento e convivência de diferentes formas de crença e em que a fé da comunidade pode e deve estar presente de forma não-hierárquica e não-hegemônica como, por exemplo, em disciplinas de ensino religioso com o viés histórico das religiões e discussão de temas transversais nas escolas. Como ponto de análise, destaco práticas artístico pedagógicas que desenvolvi como integrante do Projeto *NINFEIAS na Escola*, realizado pelo Núcleo de **IN**vestigações **FE**min**IST**AS da Universidade Federal de Ouro Preto (NINFEIAS) no bairro ouro-pretano Padre Faria, em 2019: a parceria com a Pastoral da Juventude de Ouro Preto na campanha de enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher e a atuação como ministrante de oficinas com temáticas político sociais para crianças em escolas estaduais do município.

Palavras-chave: Feminismo interseccional; Teologia Feminista; Religiosidade; Arte educação; Comunidade.

ABSTRACT

This article deals with the coexistence between feminism and christian religion, pointing out the conflicts, challenges and criticisms regarding the dogmatic and moralizing conduct that invades the public sphere in Brazil, in contrast to the process of struggle for the social rights of minorities headed by progressive religious associations. I focus on the incidence of Christian religions in the context of political and social decisions, such as the criminalization of abortion and acts of religious racism, as well as discussing the social performance of Youth Pastorals, using the interview method. Through reflections on ethnic, racial and gender themes in Brazilian's Basic Education, I seek to explore the possibility of thinking about Christianity from an intersectional feminist perspective, like Dr. Ivone Gebara on the concept of Feminist Theology, by which they become possible new hermeneutic interpretations in favor of problematizing the androcentric logics of oppression of the Catholic Church. I analyze what I call "spaces of religiosity", understanding them as possible places for the sharing and coexistence of different forms of belief and in which the community's faith can and should be present in a non-hierarchical and non-hegemonic way, such as, for example, in religious teaching disciplines with the historical bias of religions and discussion of cross-cutting themes in schools. As a point of analysis, I highlight pedagogical artistic practices that I developed as a member of the *NINFEIAS na Escola* Project, carried out by the Center for Feminist Investigations of the Federal University of Ouro Preto (NINFEIAS in portuguese) in the Ouro Preto neighborhood Padre Faria, in 2019: the partnership with Ouro Preto Youth Pastoral in the campaign to fight cycles of violence against women and acting as a minister of workshops with social political themes for children in state schools in the municipality.

Keywords: intersectional feminism; Feminist Theology; religiosity; art education; community.

RESUMEN

Este artículo trata sobre la convivencia entre feminismo y religión cristiana, señalando los conflictos, desafíos y críticas sobre la conducta dogmática y moralizante que invade la esfera pública en Brasil, en contraste con el proceso de lucha por los derechos sociales de las minorías encabezadas por asociaciones religiosas progresistas. Me centro en la incidencia de las religiones cristianas en el contexto de decisiones políticas y sociales, como la criminalización del aborto y los actos de racismo religioso, además de discutir el desempeño social de las Pastorales Juveniles, utilizando el método de entrevista. A través de reflexiones sobre temas étnicos, raciales y de género en la Educación Básica brasileña, busco explorar la posibilidad de pensar el cristianismo desde una perspectiva feminista interseccional, como la Dra. Ivone Gebara sobre el concepto de Teología Feminista, a través de la cual se hace una nueva interpretación hermenéutica hecho posible a favor de problematizar la lógica androcéntrica de la opresión en la Iglesia Católica. Analizo lo que llamo "espacios de religiosidad", entendiéndolos como posibles lugares de intercambio y convivencia de diferentes formas de creencia y en los que la fe de la comunidad puede y debe estar presente de manera no jerárquica y no hegemónica, por ejemplo, en disciplinas de enseñanza religiosa con el sesgo histórico de las religiones y discusión de temas transversales en las escuelas. Como punto de análisis, destaco las prácticas artísticas pedagógicas que desarrollé como parte del Proyecto *NINFEIAS na Escola*, realizado por el Núcleo de **I**nvestigaciones **F**eministas **I**nterseccionales **A**sociadas de la Universidad Federal de Ouro Preto (NINFEIAS) en el barrio Padre Faria de Ouro Preto, en 2019 : la alianza con la Pastoral Juvenil en Ouro Preto en la campaña de lucha contra los ciclos de violencia contra la mujer y actuando como ministra de talleres con temas sociopolíticos para niños en escuelas públicas del municipio.

Palabras Clave: feminismo interseccional; Teología Feminista; religiosidad; educación artística; comunidad

INTRODUÇÃO

Feminismo e religiosidade são assuntos que envolvem minha formação acadêmica e pessoal. Cresci numa cidade interiorana de Minas Gerais, num município de cerca de 20 mil habitantes. Gosto de comparar o cenário aos romances de Jorge Amado: a figura soberana do padre da cidade, as senhoras vigilantes da moral e dos bons costumes, as famílias de renome na região. Por um lado, percebo como a religiosidade pode esconder e disfarçar relações de poder e opressão. Por outro, sou também feita do acolhimento que minha espiritualidade me traz. A cultura religiosa católica acompanha minha trajetória e, através dela, mantenho meus valores e meu sentido de viver.

O meu interesse pelo feminismo veio com a maturidade, nos anos do Ensino Médio, e se fortaleceu sobremaneira na Universidade. Foi no NINFEIAS – Núcleo de **IN**vestigações **FE**min**IST**AS¹ do qual orgulhosamente faço parte desde 2018, que desenvolvi pesquisas e partilhei conhecimento sobre feminismos. Tive a oportunidade de realizar práticas pedagógicas, eventos, rodas de conversa, debates, fóruns e performances, sempre amparada por uma perspectiva feminista interseccional que, a mim, não deixa escapar as questões étnico raciais em meu trabalho, para além das de gênero. Participando do Núcleo, tive a iniciativa prazerosa de gravar um podcast sobre interseccionalidade para a série Pílulas Feministas², contextualizando o conceito e destacando a importância de se pensar a partir desse recorte de vivências dentro do feminismo.

Interseccionalidade vem da palavra intersecção que quer dizer fazer um recorte, ponto de encontro, de cruzamento entre duas ou mais linhas. O termo foi descrito pela primeira vez em 1989 pela ativista e professora de Direito norte-americana Kimberlé Crenshaw, [...] Nos estudos feministas, a interseccionalidade faz o recorte das formas de opressões e dos privilégios que uma pessoa pode ter em relação a outra, um grupo

¹ O NINFEIAS é um grupo de pesquisa com forte caráter extensionista fundado, em 2013, pela performer e professora Nina Caetano (DEART-UFOP) e pela arte-educadora Thaiz Cantasini, com coordenação da primeira. Hoje conta com nove pesquisadoras desenvolvendo práticas performativas e pedagógicas feministas sob uma perspectiva decolonial e interseccional.

² A série Pílulas FEminISTAS “vem sendo produzida desde abril de 2020, com o intuito de tratar de temas caros à agenda feminista, tais como violência doméstica, abuso sexual e construção de masculinidades, sempre sob um viés de análise interseccional e em linguagem bastante acessível”. Os podcasts da série tem diferentes categorias como, por exemplo, “Entrevista”, geralmente feitas com pessoas que possuem lugar de fala sobre determinado tema ou “Para Crianças”, que são episódios voltados ao público infantil, além daqueles que tratam de temas relacionados à pesquisa individual de cada integrante. Destaco, ainda, o “Entre nós” – conversa na qual pesquisadoras do Núcleo discutem entre si determinado tema e o “Bate-papo”, no qual uma integrante convida outra pessoa para tratar de um assunto a partir de suas vivências. Por fim, temos a categoria “Especial”, que geralmente marca datas importantes de luta feminista, e os episódios tradicionais, em que uma pesquisadora fala a respeito de um tema específico da agenda feminista.

em relação ao outro, e assim por diante, já que cada pessoa é única e tem suas diferenças e não partimos do mesmo lugar na sociedade³.

Particpei também de outras Pílulas, com diferentes temáticas: legalização do aborto, namoro abusivo, sobre as práticas educativas da teórica bell hooks e, também, apresentando o tema da minha pesquisa de conclusão de curso: Feminismo e Religiosidade.

Nesse episódio, que integra a temporada 2021 de Pílulas FEminIstAS, apresento brevemente o tema, contextualizando o que me levou até ele. Discorro sobre a importância de pensar práticas feministas em espaços de religiosidade para tratar de temas tabu, apontando dados de mulheres cristãs vítimas de violência doméstica e que praticam aborto no país. Aqui, entendo “espaços de religiosidade” como sendo lugares em que todas as manifestações religiosas devem ser abordadas historicamente, como em disciplinas de Ensino Religioso e na discussão de temas transversais nas escolas. Ao esbarrar no conceito de Teologia Feminista, aproximo minhas falas às de Gebara (2007), em que ela pontua a problemática da figura androcêntrica e patriarcal de Deus⁴.

Na condição de artista, já enxerguei a fé católica distanciada da ideia de arte. Na universidade, meu jeito de ser não se enquadrava no conceito estereotipado de “ser artista” e, como católica, muitas vezes me senti deslocada no curso. Em se tratando de me entender como feminista então, foi um processo demorado e confuso. Análogo a essa experiência, associa-se o feminismo muitas vezes à não aceitação da vida cristã, de modo que as mulheres comuns (donas de casa, mães, tias, avós) são tidas culturalmente como conservadoras, alienadas, alijadas de intelectualidade e de conhecimento, como se estivessem amarradas a uma fé que única e exclusivamente as oprime. Assim, pensar qualquer relação entre a religiosidade cristã e o feminismo é desafiante no que concerne às lógicas de opressão cis hétero patriarcal que a Igreja Católica Apostólica Romana em sua origem sustenta e contra as quais, justamente, o feminismo age.

No Brasil, a incidência das religiões cristãs no cotidiano da população molda o caráter social e afeta os modelos de vida. A laicidade do Estado não vigora e a Bancada Evangélica apoia o ainda atual genocídio de pessoas negras e indígenas e o epistemicídio de suas culturas. Exemplo nítido da interferência cristã em setores públicos foi a onda de fascismo e conservadorismo religioso de extrema direita que invadiu as urnas, em 2018, sob o discurso “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!”. Atualmente, as taxas de feminicídio no país

³ Série Pílulas FEminIstAS 2020, episódio 7: Interseccionalidade. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=vkX1E6IRENY&t=1s> >. Acesso em 03/07/2021.

⁴ Série Pílulas FEminIstAS 2021, episódio 4: Feminismo e Religiosidade. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=G2iNL0ve7EY> >. Acesso em 03/07/2021.

aumentaram 1,9% (ABSP, 2020), uma pessoa é morta a cada 16 horas pela LGBTfobia (GGB, BRASIL DE FATO, 2021) e o assassinato de pessoas negras no país é quase três vezes maior que a de pessoas brancas (LOSCHI, 2019).

A luta pela equidade social é pauta feminista na busca pela descolonização dos corpos que, até hoje, sofrem as consequências do processo escravagista no contexto da América Latina. O feminismo interseccional trata de desmascarar os recortes de opressão das categorias como mulher (por exemplo: negra, trans, gorda) e homem (por exemplo: negro, homossexual, com deficiência), entendendo a questão étnico racial como ponto de partida para se pensar em mudanças sociais num país que emergiu do sangue indígena e negro. No tocante às religiões, a colonialidade cristã foi responsável pelo apagamento cultural e marginalização das expressões religiosas afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, em um processo que, desde a colonização, sustenta a intolerância religiosa ou, como nomeia Nogueira (2020), o racismo religioso.

A não laicidade do Estado afeta diretamente as questões sociais e direitos básicos da vida de qualquer cidadã/o/e, inclusive questões de saúde pública como a legalização do aborto. A descriminalização do aborto, no Brasil, se faz urgente na luta feminista pelos direitos reprodutivos da mulher, em razão do cenário de calamidade pública em que mulheres financeiramente resguardadas abortam em clínicas especializadas e, aquelas que são marginalizadas, morrem na tentativa de aborto não seguro, sem o amparo do Estado. O que, ironicamente, o conservadorismo cristão parece não enxergar são as taxas de realização de abortos no Brasil, nas quais mulheres católicas e evangélicas, casadas e com filhos lideram o *ranking*. Segundo estatísticas da Pesquisa Nacional do Aborto de 2016, 56% das mulheres que abortam são católicas e 25% evangélicas. As mulheres cristãs também estão em grande porcentagem nos casos de violência doméstica no país. Segundo dados da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres, “cerca de 40% das denúncias feitas nos órgãos especializados é realizada por mulheres que se denominam evangélicas.” (SPPM, 2021). Assuntos como esse são tabu e precisam ser discutidos porque são justamente as mulheres que vão à missa aos domingos e aos cultos que vivenciam tudo isso.

Felizmente, não se trata de uma cegueira generalizada dentro das práticas cristãs. Há movimentos relevantes de integração da Igreja com causas sociais, como pastorais, ONGs e serviços comunitários. A Igreja Católica, desde a década de 1960 no Brasil, esteve envolvida em pautas políticas de esquerda em favor das minorias. Dessa aproximação surgiram as campanhas da fraternidade que, até hoje presentes na agenda católica, são iniciativas que contribuíram para a retirada do país do Mapa da Fome, nos anos de 2009 e 2010. Embora a

Igreja Evangélica firme o conservadorismo em facetas mais reacionárias, existem movimentos evangélicos que repensam, por exemplo, o papel da mulher nas instituições de fé. É o caso do trabalho da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), coordenada pela primeira pastora transgênera da América Latina, professora da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo e vice-presidente da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas Alexya Salvador, bem como o do coletivo de acadêmicas nas áreas de teologia, jornalismo e psicologia, as (Fé)ministras, do qual uma parte integra o projeto Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG).

Atualmente, um dos movimentos sociais mais relevantes pela defesa dos direitos das mulheres é a ONG Católicas pelo Direito de Decidir, que atua na América Latina, nos EUA e na Europa. As atividades dessa organização são direcionadas, principalmente, a mulheres jovens, LGBTQIA+s e negras, buscando o fortalecimento desses grupos sociais. As Católicas têm, como parceira e figura marcante em sua composição, a freira Ivone Gebara, pensadora da Teologia Feminista na qual elas se baseiam para lutar pelos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Como uma teoria que desafia as lógicas androcêntricas de opressão da Igreja Católica, a Teologia Feminista propõe o que Gebara (2000), chama de “uma fenomenologia feminista do mal”. O conceito da Teologia Feminista trata, assim, de outra chave de leitura do evangelho, abrindo espaço de protagonismo para a abordagem de questões de gênero, étnico raciais e de classe, ao questionar a figura patriarcal do Deus (homem, branco).

Como arte educadora, entendo o espaço escolar como possível ao compartilhamento e convivência de diferentes formas de crença, onde a fé da comunidade possa estar presente. Mas não como uma unidade religiosa, que privilegia e impõe o cristianismo, seja com figuras de santos na parede, seja rezando no pátio. Por isso destaco a importância de se debater, em sala de aula, temáticas concernentes ao feminismo também na discussão de temas transversais como o Ensino Religioso, que precisa ser reformulado para abranger o viés histórico das múltiplas religiões. Nesses que chamo de “espaços de religiosidade”, a abordagem das questões de gênero, raça, etnia e classe são fundamentais para construir e fortalecer noções éticas de tolerância, de respeito ao/à/e próximo/a/e em suas diferenças e subjetividades, situando esse processo como ponto de partida para fundamentar o pensamento a respeito das religiões e a não imposição de uma em detrimento das demais.

Assim, as práticas pedagógicas que neste artigo recorro, descrevo e analiso, dizem respeito ao compartilhamento de conhecimento feminista, seja em sala de aula, seja na rua ou até mesmo em espaço propriamente religioso, como é o caso da Pastoral da Juventude de Ouro Preto/MG.

PRÁTICA I: PASTORAL

As ações sociais católicas no Brasil ganharam força no conturbado contexto da década de 1960. Frente às repressões da ditadura, setores progressistas da Igreja Católica uniram-se a movimentos esquerdistas na reivindicação de direitos humanos e sociais, cujas pautas concerniam à educação, questões socioeconômicas, reforma agrária e família. Organizações como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES) e o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) desenvolveram pesquisas e frentes de luta, com a orientação da CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil). A CNBB foi uma importante frente de oposição à instalação do AI-5 em 1968 e, um ano mais tarde, respondeu a esta estratégia governamental criticando a repressão e o silenciamento que coagiam as pessoas e retiravam seu direito à vida digna cidadã, através da Comissão de Justiça e Paz. O ano de 1961 foi marcado pelo fortalecimento de núcleos católicos ligados à educação e às camadas populares rurais, tais como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste, que contava com 22 sindicatos rurais. Na mídia, fortemente censurada pelo regime militar, o Jornal Brasil Urgente, fundado em 1963 por jornalistas católicos em Belo Horizonte, era porta voz de denúncias e espaço de reflexão sobre os problemas sociais e políticos da época. Diante desse cenário, as Comunidades Eclesiais de Base se tornaram ambiente de resistência e amparo à população (PASSOS; NEVES, 2003).

Nas décadas de 1970 e 1980, no confronto direto com os Estados ditatoriais, a instituição católica na América Latina se dividia em vertentes tradicionalistas e progressistas. Se, por um lado, houve a mobilização de frentes leigas católicas na luta social dos Anos de Chumbo no Brasil, na hierarquia da Igreja pairava a tradição apaziguadora e conciliadora frente às questões sociopolíticas, em consequência da moralidade religiosa. Até hoje, a conjuntura moral cristã estrutura-se como forma vívida de poder que rege o cotidiano social, mesmo dois séculos após o decreto de laicidade do Estado, lançado em 1891.

Em primeiro lugar, apesar de todas as previsões e injunções da literatura sobre a secularização, hoje é preciso reconhecer que a Igreja Católica no Brasil – ainda a mais influente instituição religiosa do país – sempre atuou, material e simbolicamente, na formulação de uma ideia de direitos (individuais, coletivos e culturais) e foi ator importante na construção de um modelo de sociedade civil (MONTERO, 2012, p. 170).

Nesse aspecto, discursos em defesa da família tradicional (heterossexual, patriarcal,

chefiada pelo pai e zelada pela mãe) possuem como justificativa os dogmas cristãos e conformam projetos de lei tais como o que trata do Estatuto da Família e da Cura Gay (55ª legislatura), além do controle da sexualidade e dos direitos reprodutivos da mulher e de sua subordinação (PL 7443/2006) ao direito à vida do nascituro (PL 8116/2014) (SOUZA, 2018). A pauta referente ao aborto, por exemplo, foi levada pela Bancada Parlamentar Evangélica a pesquisas de opinião, que serviram para legitimar sua criminalização pelo posicionamento massivo contrário à prática (haja vista a amplitude da população católica e evangélica no país). Nesse processo, representantes do Congresso valeram-se, inclusive, das escrituras sagradas para teorizar sobre o determinismo biológico que obriga a mulher à gestação por obra do “Bendito Criador”⁵.

Para discutir a divergência de posicionamentos da Igreja perante as causas político-sociais, realizara-se O Concílio Ecumênico Vaticano II⁶, em Roma entre 1962 e 1965, considerado a Primavera da Igreja pelos projetos de renovação eclesiais nele tratados (FEITOSA, 2019). Desse marco, procederam as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (Colômbia, 1968), Pueblo (México, 1979), Santo Domingo (República Dominicana, 1992) e de Aparecida (Brasil, 2007). As reverberações desses encontros direcionaram a Igreja às práticas sociais em favor da população pobre e excluída. A primeira década dos anos 2000 acompanhou o estreitamento das pautas sociais da Igreja com as demandas do Governo Federal. Durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (presidente gestado no movimento sindical em aliança com a igreja libertária da época), a CNBB se manteve alinhada à questão socioeconômica brasileira como, por exemplo, em relação aos direitos trabalhistas e a políticas compensatórias. Considero importante ressaltar que a América Latina foi pioneira na realização das reformas eclesiais do Concílio Vaticano II, pelo qual foi determinada a criação do Planejamento Pastoral responsável pelo desenvolvimento das entidades pastorais no Brasil.

⁵ Consta na Justificativa da PL 5166/2005, o seguinte parágrafo: “Em questão está a dimensão humana que obstaculiza a possibilidade de se coisificar uma pessoa, embora embrionária, usando-a como objeto, ou descartando-a como um estorvo. O determinismo biológico faz com que a mulher seja a portadora de uma nova vida, sobressaindo o sentimento maternal; não é desejo, portanto, de nosso Bendito Criador que a porção feminina de sua obra aborte ou antecipe o parto mediante alguma intervenção cirúrgica” (PL 5166/2005, 2005, pág. 04).

⁶ A respeito das ações decorrentes dos três anos do Concílio, a Igreja Católica, “além de reafirmar a opção preferencial pelos mais pobres, também valorizou o diálogo inter-religioso e ecumênico; modificou a liturgia para torná-la mais acessível ao Povo de Deus (conceito criado também pelo Concílio), enfatizou e defendeu a corresponsabilidade entre a hierarquia da Igreja e os leigos e proclamou a necessidade de mudanças nas estruturas de um sistema gerador de injustiças sociais” (Revista IHU, 2019). Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590880-o-concilio-ecumenico-vaticano-ii-uma-primavera-para-igreja>>. Acesso em: 06/10/2021.

A Pastoral da Juventude é um movimento articulado oficialmente no Brasil desde 1973, com o intuito de atrair jovens para a Igreja e, além disso, ampliar o protagonismo da juventude na condução de causas sociais e políticas dentro e fora dela. Os preceitos da criação das Pastorais da Juventude, baseados no documento da CNBB nº 44 do ano de 1983, tem relação direta com a Teologia da Libertação, pelo método “ver, julgar e agir”: através da observação e sensibilidade às realidades sociais, a/o/e jovem deve confrontar esse cenário com os valores do Evangelho, dos Direitos Humanos e da Doutrina Social da Igreja e organizar-se com as/os/es demais jovens a fim de encontrar soluções para os problemas da comunidade (MACHIAVELLI, 2016, p. 44). Os pilares desse movimento são: formação, ação, espiritualidade e articulação.

Inicialmente, as Pastorais da Juventude representavam diversos setores sociais, pautados em núcleos específicos: Juventude Agrária Católica, Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica. Após os quatro Encontros Nacionais da Pastoral da Juventude, ocorridos na década de 1980, foi incorporada a sigla PJB (Pastoral da Juventude do Brasil), englobando a Pastoral da Juventude do Meio Popular, a Pastoral da Juventude Rural e a Pastoral da Juventude Estudantil. A PJB teve influência na elaboração, pela CNBB em 1971, das tradicionais Campanhas da Fraternidade, que ocorrem anualmente seguindo o calendário da Igreja no período da Quaresma. Acompanhadas de tema e lema específicos a cada edição, seu objetivo é conscientizar a comunidade a respeito de um problema concreto, ao passo que encaminha possíveis soluções. O aprofundamento em temáticas sociais há muito faz parte da Campanha da Fraternidade, a exemplo de sua 2ª fase, na qual foram levantados temas como Fraternidade e a política (1996), Fraternidade e educação (1998), Fraternidade e povos indígenas (2002).

Em 2019, o NINFEIAS teve contato com a Pastoral da Juventude de Ouro Preto/MG, participando da Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência contra a Mulher. Idealizada pelos setores Comissão e Secretaria da Pastoral da Juventude BR juntamente com o GT Central, *Pela Vida das Companheiras* é uma campanha lançada oficialmente no início de 2018, com o intuito de debater em comunidade as raízes e consequências do espiral de violência que atinge a população feminina no Brasil, bem como estruturar métodos que auxiliem na mudança urgente desse problema.

A Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência contra a Mulher consiste em um conjunto de ações articuladas pela Pastoral da Juventude, em abrangência nacional, a ser desenvolvido no triênio que compreende os anos de 2017, 2018 e 2019, propondo aos grupos de jovens, instâncias de coordenação e assessoria, e militância em geral, o debate e o enfrentamento às diversas formas de violência que

atingem as mulheres no Brasil. A Campanha precisa ser desenvolvida nas relações internas, na incidência externa, no diálogo e articulação com pastorais e movimentos parceiros, e na construção de novas masculinidades (GT central da campanha, 2019, p. 11).

A cartilha da campanha conta com estatísticas de casos de violência contra a mulher no país, como violência doméstica, encarceramento feminino e feminicídio, levando em consideração o recorte racial no levantamento dos dados, além de aprofundar historicamente a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha⁷). Baseado em referências certas de estudos feministas, com autoras como Djamilia Ribeiro (2018) e Chimamanda Ngozi (2015), o material dá luz aos conceitos de machismo, feminismo, masculinidade, patriarcado, sororidade, empoderamento, feminicídio, gênero, misoginia, sexismo, sexualidade e afetividade. A cartilha também instrui, passo a passo, como lidar com casos de violência contra a mulher, informando os números 180 e 190 de atendimento à vítima. É interessante como o material responsabiliza as pastorais nas providências possíveis diante desse cenário nas comunidades:

3.1. Devemos mobilizar uma rede de defesa e cuidado a partir de nossas comunidades eclesiais e nossos grupos, acompanhando, dentro do possível, as companheiras vítimas de violência, e difundindo as informações e orientações sobre como denunciar e romper os ciclos de violência;

3.2. Perceber onde temos reproduzido as diversas formas de violência dentro das nossas instâncias pastorais. Desnaturalizar a violência e nos conscientizar a respeito das mudanças de atitude e uma nova mentalidade dos sujeitos e sujeitas de nossa pastoral a fim de não mais gerar violência dentro e fora dos nossos espaços;

3.3. Que os nossos grupos sejam espaços de confiança e abertura para que as mulheres falem acerca das violências vividas. Estarmos sempre prontos e prontas para denunciar e buscar auxílio com os órgãos citados para punir e cessar as violências presentes;

3.4. Criar laços com as instituições que já atuam na defesa da vida das mulheres e na denúncia das agressões, conforme os tipos de violência sofridos (GT central da campanha, 2019, p. 23).

A parceria com o NINFEIAS partiu do convite da arte educadora ouro-pretana Olívia Coelho (formada em Artes Cênicas – Licenciatura – UFOP), integrante da Pastoral da Juventude da Paróquia de Santa Efigênia em Ouro Preto, que faz parte da Arquidiocese de Mariana/MG. A artista também integra o movimento cultural popular da Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz. Quinzenalmente, durante os meses de junho e julho de 2019, o NINFEIAS integrou o eixo de formação da Campanha, participando dos encontros de jovens na pastoral e promovendo rodas de conversa

⁷ O Instituto Maria da Penha descreve a Lei da seguinte forma: “A Lei Maria da Penha é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das três mais avançadas do mundo. Uma das principais inovações trazidas pela lei são as medidas protetivas de urgência para as vítimas. Além disso, ela prevê a criação de equipamentos indispensáveis à sua efetividade: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas-abrigo, Centros de Referência da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, entre outros” (IMP, 2009). Disponível em: < <https://www.institutomariadapenha.org.br> > Acesso em: 06/10/2021.

sobre o tema *Conhecer e superar os ciclos de violência contra a Mulher*. Houve uma série de encontros onde nós do Núcleo esmiuçamos dados e informações a respeito de temas como violência doméstica, feminicídio e relacionamento abusivo. No dia 15 de junho de 2019, participei da primeira roda de conversa com a comunidade do Padre Faria, na qual, com a mediação de Nina Caetano, descortinamos os dados de violência contra a mulher na cidade e apresentamos os tipos de violência (física, sexual, psicológica, patrimonial e moral) e a maneira como ciclicamente se repetem na vida das mulheres.

O debate sobre esses materiais desembocou na questão da construção de masculinidades, tema também abordado na cartilha da campanha *Pela Vida das Companheiras*. Nesta ocasião, um dos jovens participantes nos contou sobre sua relação com a mãe, afirmando o fato de ser gay como um facilitador da sua postura empática e dócil para com ela. A partir desse relato, foi evidenciada a masculinidade como sendo uma construção social que confere aos homens cis de qualquer orientação sexual patamares de opressão que pouco dependem de performarem feminilidade ou não. Ao final do encontro, foi proposta pela equipe da Pastoral uma leitura dramática intitulada “E se Maria dissesse “não”?”, que narra a anunciação do Anjo Gabriel à Maria sob uma lógica invertida. Trato a seguir, por meio da discussão desta prática na Pastoral de Ouro Preto, do papel da Igreja na perpetuação do lugar de subserviência da mulher na sociedade. Na história, de teor cômico, Maria (interpretada por mim) revela ao mensageiro desconhecido os motivos pelos quais se recusa a ser a mãe do Menino Jesus.

[...]

- Como assim, Maria, “não”? Não podes dizer “não”!

- E por que não? A escolha é minha, não? Pois eu escolho não!

- Você tem noção da importância de sua resposta para a humanidade? Você tem noção do quanto podes mudar o curso da história?

- É, meu querido, mas a humanidade não vai arrumar minha casa, nem me defender contra acusações injustas e cruéis... A humanidade sequer vai me agradecer por sacrificar a minha vida para dar à luz ao Filho de Deus! Hoje estás me pedindo para ser a mãe do Filho de Deus, e amanhã? Estarás me pedindo o quê? Para ser a mãe da humanidade inteira? Não, e depois vem o quê? Vão me pedir para ficar rezando sem cessar, intercedendo por cada um desses homens ingratos que sequer se lembrarão que eu existo! [...]

- Maria, estás dificultando muito o meu trabalho. Eu preciso chegar nos céus com uma resposta! Mas não é essa a resposta que eu esperava ouvir, estou sem saber o que fazer, Maria... [...] Ah, Maria, tu não sabes o quanto foi difícil te achar, imagine sair por aí procurando outra pessoa que sequer pareça contigo...

- Isso não é problema meu, é? Agora, vá embora, anjo, se meu pai chegar aqui e tu estiveres aqui, o que direi para ele? E se José resolver me fazer uma visita surpresa, o que falarei para ele se te encontrares aqui? Volta para de onde vieste. Já tomaste

demais o meu tempo.

[...]

Se Maria tivesse dito não, a humanidade não teria tido a oportunidade de encontrar-se com Jesus. Se Maria tivesse dito não, nós não poderíamos ter tido a glória de contemplar a face de Deus no homem, Jesus Cristo. Se Maria não tivesse aceitado sofrer suas dores e as dores de seu filho, ainda hoje aguardaríamos por uma humanidade mais justa, por homens mais amorosos, por uma vida com menos sofrimentos. Se Maria tivesse dito não, o sacrifício salvífico da cruz não teria ocorrido, a maior glória já presenciada por homens, a maior promessa de Deus para com seus filhos (a ressurreição) não teria se cumprido completamente. Vai dizer que Maria não fez nada? Não se pode saber ao certo o imenso sacrifício que Maria fez pela humanidade. A cruz que Jesus carregou foi também a sua cruz. Maria amou tanto a humanidade, que teve um filho por mim e por você. Maria amou tanto a humanidade que aguentou as dores da injustiça e do pecado pesando sobre os ombros de seu único filho porque sabia que do sofrimento do mundo inteiro. Uma espada transpassou a sua alma. E ela não reclamou. Em seu silêncio buscou a perfeição da oração, e esteve sempre com seu filho. Ainda hoje está com ele, intercedendo por nós, filhos ingratos. Não se deixe enganar! Ela não foi qualquer mulher! Ela não é qualquer mulher na sua vida! Enquanto tu estás aqui, divertindo-se, vivendo tranquilamente, ela está nos céus, junto aos anjos e aos santos rezando pela sua saúde, pela sua família, pela sua fé. Ela, que é a Porta do Céu...⁸.

A leitura dramática, evidentemente, suscitou pontos de reflexão. “A escolha é minha”, “isso não é problema meu” são argumentos que sustentam a autonomia dessa mulher em relação ao seu próprio corpo e destino, levando em consideração suas escolhas e a sua vontade. A premissa desse diálogo – embora inserida no senso comum do contexto machista conjugal, a exemplo da última fala de Maria – determina o papel da jovem de Nazaré que diz sim a uma postura inconformada e questionadora. É perceptível, porém, como essa postura é desconstruída pela narração no fim da história. Nela, o “sim” de Maria é enaltecido como o caminho correto e digno a se seguir, para o bem da humanidade. Diante disso, foi pertinente a nós do NINFEIAS pontuar a colaboração que a visão moralizante sobre o comportamento feminino, nos moldes e tradições da Igreja Católica, exerce na normalização da violência doméstica, bem como no silenciamento das vítimas.

“Uma das causas da violência contra a mulher é o conjunto de ideias” (UNSER, 2009, p.9) que o cristianismo, aliado ao patriarcado, prega sobre a docilização dos corpos femininos, transformando-os em corpos objeto, seja para o prazer do homem, seja para a subserviência à família. Sabemos o quanto as duplas e até triplas jornadas de trabalho de uma mãe são exaustivas. O cuidar (da casa, do marido, dos filhos) é tido socialmente como um dom naturalmente feminino, no qual a imagem da mulher, imaculada e santa, está diretamente associada à doação, ao sacrifício e ao zelo. Assim, o controle das nossas mentes e

⁸ Texto 2 do primeiro encontro sobre a *Campanha Pela Vida das Companheiras* no município. Autoria desconhecida. Arquivo da Pastoral da Juventude de Ouro Preto.

comportamentos evidencia o poder de posse do marido, do pai, do avô, do chefe e de Deus sobre as nossas vidas. Desse modo, é por meio de ideais de superioridade e dominação masculina que a violência doméstica acontece. Desde o palpite no comprimento da saia à fiscalização das redes sociais, do monitoramento da conta bancária até “a honra lavada com sangue” em casos de adultério, o pensamento religioso heteropatriarcal incide sobre as relações conjugais e leva mulheres à morte todos os dias, sob o lema “sedes submissas aos seus maridos” (BÍBLIA, 2017. Efésios 5:22-33).

Na concepção dogmática cristã, o casamento e a maternidade são naturalizados como etapas inerentes ao ciclo de vida de uma mulher, tal como nascimento e morte. Nessa lógica, as tarefas domésticas, bem como a educação dos filhos associam-se à ideia de obrigação feminina em detrimento do conceito de trabalho. Acontece que é justamente o trabalho doméstico não remunerado realizado por mulheres – aliado à sua romantização, evidenciada em expressões como “Rainha do lar” – o que gira a roda da economia e faz com que homens, isentos de suas responsabilidades familiares, tenham cada vez mais oportunidades de emprego e independência financeira em detrimento das mulheres. Disparidade essa que contribui, inclusive, para a dependência das vítimas de violência doméstica para com seus agressores, “até que a morte os separe”.

A respeito dessa problemática, relaciono-a com os objetivos da Oficina de Reparos Domésticos, realizada na comunidade do Padre Faria durante a *IV Semana Afrofeminista*, produzida pelo NINFEIAS em 2019⁹. Essa ação, conduzida pela artista e doula Jaque Bueno, foi voltada às mulheres mães do bairro e consistia em ensiná-las a realizar consertos básicos para a manutenção da casa, como trocar chuveiro, instalar torneira, bem como manusear ferramentas como martelo e serrote. Tais tarefas são associadas à esfera masculina e por isso, mulheres, principalmente as que são mães solo, ficam na dependência de ter de recorrer a um homem para realizá-las.

Em se tratando de economia, vale lembrar a aliança entre Igreja e monarquia no período colonial, que estabeleceu os pilares do pensamento burguês que, até hoje, determina não só as relações sociais e econômicas, mas também o direito ao culto no país.

É importante destacar que a tríade lei-rei-fé especificamente se referia à lei de Portugal, ao rei de Portugal e à fé-religião católica apostólica romana. Desde então, o que vemos é o apagamento e o silenciamento das crenças originárias e, mais adiante, das crenças de origem africana, ou seja, crenças não eurocêntricas (NOGUEIRA,

⁹A *IV Semana Afrofeminista* foi um evento gratuito e público produzido inteiramente pelas mulheres do Núcleo, que aconteceu entre os dias 22 e 25 de novembro de 2019. Em parceria com a Casa da Cultura, a Escola de Samba do bairro Padre Faria e a E.E. Desembargador Horácio Andrade, a Semana contou com atividades das mais diversas: rodas de conversa, oficinas, cineclube, festa, espetáculos, performances etc.

2020, p. 20).

Problematizar essas questões dentro do espaço da Pastoral explicita o avanço em direção a outras percepções, para a construção de novos paradigmas que redimensionam a partilha de experiências e demandas pulsantes na realidade da comunidade. Nesse sentido, o trabalho da PJ, através das Campanhas Nacionais¹⁰ que atuam na mediação de pesquisas sociopolíticas, desafia as instâncias da Igreja a construir outro olhar a respeito de populações marginalizadas. Como afirma Olívia Coelho: “A gente fala de pobres, de mulheres, de negros, de indígenas, de quilombolas, LGBTQIA+. A pastoral da Juventude tem a sua militância voltada às minorias e sempre procura contextualizá-las ao seu tempo”¹¹. Para a arte-educadora, a abordagem das problemáticas de gênero também se faz urgente no contexto cristão, já que a própria estrutura da instituição religiosa escancara as desigualdades sociais percebidas em comunidade. É ela quem afirma:

Algumas esferas da Igreja querem colocar o feminismo como uma onda que as mulheres querem fazer tudo como os homens, um lugar problemático, pouco maduro e completamente distorcido. Se a gente olhar a verdadeira questão do feminismo, é um pedido por direitos iguais, é um pedido por respeito mútuo, é um pedido por cuidado com um corpo que é todos os dias violado em direitos¹².

Na atualidade, as mulheres são maioria em público e na realização de atividades essenciais ao funcionamento da Igreja, exercendo funções como a de ministras da eucaristia, secretárias, catequistas, cozinheiras das paróquias, agentes das pastorais, participantes da liturgia, entre outras, num trabalho semelhante ao do lar, por seu caráter de subserviência. Desse modo, muitas delas têm reivindicado um lugar de protagonismo, respeito e acolhimento para lidar com suas dores também por meio da fé. Pensadoras como Gebara (2007) buscam na Teologia Feminista um novo lugar para as mulheres no catolicismo. Assim, o feminismo, entendido como um movimento político assim como as pastorais, possui frentes de luta em relação às causas étnico raciais, de gênero e de classe, o que torna possível, ainda que desafiante, associá-lo à religiosidade cristã. Pelo trabalho e empenho de figuras como Olívia Coelho, que entendem o serviço do Evangelho ligado a mudanças nas realidades de vulnerabilidade e marginalização, exemplifica-se na prática, e fundamentalmente nela, o movimento de luta a adentrar as portas das igrejas.

¹⁰ A *Campanha Pela Vida das Companheiras* provém de outras iniciativas da PJ BR: a campanha “Chega de violência e extermínio de jovens” (2009 -2015), inserida no movimento “A juventude quer viver” (2011).

¹¹ Trecho da entrevista concedida a mim por Olívia Coelho, em 10/12/2020. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/1PBuG_1d3fcGGvedG588iyEMc0DNnHhIm/view?usp=sharing>. Acesso em 03/07/2021.

¹² Idem.

TEOLOGIA FEMINISTA

O feminismo teológico é um movimento existente nas religiões cristãs, islâmicas e judaicas, que diz respeito a novas hermenêuticas, trazendo outras referências antropológicas, éticas e filosóficas ao discurso religioso. Defendendo a equidade de gênero, ele problematiza as opressões sociais consequentes da organização patriarcal monoteísta que elege, como no cristianismo, a figura de um Deus simbólica e culturalmente sexuado e masculino.

Inspiradas pela trajetória de ativistas religiosas como Elisabeth Cady Stanton (1895), autora de *A Bíblia das Mulheres*, e a literata mexicana Juana Inês de la Cruz (1692), outras mulheres ao redor do mundo, na segunda metade do século XX, debruçaram-se a respeito da religiosidade à luz de perspectivas que denunciavam a imposição hetero cis masculina sobre corpos femininos. No Brasil, a grande referência para o tema é a doutora em Filosofia e Ciências Religiosas Ivone Gebara¹³. Ligada à Congregação das Irmãs de Nossa Senhora- Cônegas de Santo Agostinho, a freira chegou a ser condenada pelo Vaticano a dois anos de voto de silêncio e teve sua dissolução da Igreja decretada em 1989, em consequência de seus ideais de emancipação das mulheres e de seus pronunciamentos e obras a favor da descriminalização do aborto.

No livro *O que é Teologia Feminista* um de sua vasta produção acadêmica, Gebara (2007) situa o pensamento feminista na compreensão psicossocial do ser humano como marcado pela hegemonia dos símbolos masculinos. Ela discute ainda sobre como os valores pátrios (heroísmo, poder e imponência) estão diretamente associados ao homem, ao passo que a subserviência, doação, amor incondicional, perdão e compreensão são atribuídas à mulher, a exemplo da Virgem Maria; além de dar a ver a maneira como tais lógicas sustentam o poder patriarcal. A autora utiliza questões ligadas à vida cotidiana a fim de focar o papel da socialização e da educação¹⁴ na construção dessas referências simbólicas, de modo a evidenciar

¹³ Ivone Gebara é paulistana, ex-professora do Instituto de Teologia do Recife e integrante da Associação de Teólogos do Terceiro Mundo, ministrando cursos e palestras sobre a Teologia Feminista em todo o país.

¹⁴ Como explica a autora, “As elites masculinas eram as que possuíam, tradicionalmente, o privilégio da escrita e tinham o poder de ocupar espaços públicos e dirigir-se ao povo. Isso também acontecia nas instituições religiosas. Por isso, profetas e sacerdotes falaram em nome de Deus, falaram de Deus no masculino e falaram de Deus quase à sua imagem e semelhança” (GEBARA, 2017, p.24).

“as razões pelas quais precisamos mudar hábitos, costumes e representações em vista de um posicionamento mais justo e respeitoso das diferenças” (GEBARA, 2017, p.15).

Na perspectiva teológica feminista, problematiza-se a misoginia presente na cultura cristã e o papel da mulher na Igreja: sua voz ativa silenciada, seus desejos sexuais podados. Assim, também é questionada a demonização do erótico, pouco entendido como uma força vital humana nas culturas cristãs. Em contrapartida, a Teologia Feminista valoriza as festividades como celebrações necessárias à nossa transcendência como mulheres. Nesse sentido, transcender significa, para Gebara (2007), não uma experiência sobrenatural, mas material e cotidiana, em que sensações nos atravessam e se agigantam, sejam elas provindas de acontecimentos positivos ou negativos.

Fato é que anseios e reivindicações vindos de mulheres são sistematicamente associados ao “mal” (GEBARA, 2000), sendo passíveis do castigo e da culpa cristã, o que também caracteriza a anulação do feminino e a exaltação do masculino na Igreja. A autora denuncia a lógica clerical que nos impede, na condição de mulheres, de termos o essencial para viver sem sobrecargas diárias (o feminino como mal de não ter), de exercermos poder na esfera pública (o feminino como mal do não poder), de sermos legitimadas no campo do pensar (o feminino como mal de não saber), de sermos reconhecidas em totalidade humana (o feminino como mal de não valer). Em se tratando do poder que a Igreja Católica exerce no contexto social e político, a Teologia Feminista busca discutir sua influência e o controle patriarcal que incide nos rumos e nas decisões históricas, comprometendo a laicidade do Estado e influenciando na organização social cotidiana (GEBARA, 2007). Exemplos desse controle são os feriados nacionais em conformidade com o calendário católico.

Com fortes referências nos estudos da Teologia da Libertação, o feminismo teológico causou tensões ao apontar as cegueiras patriarcais de tal movimento em relação às discussões de gênero e a escassa presença das teólogas na TL. Assim, é possível afirmar que a Teologia Feminista é mais que uma teoria: são esforços praticados por mulheres que desafiam a lógica patriarcal, na busca por construir instrumentos de análise capazes de dar conta das realidades diversas no campo da religiosidade. No entanto, por essas problematizações, “as teologias feministas nas suas diferentes expressões não têm um real direito de cidadania no interior das instituições religiosas cristãs assim como no interior de outras religiões” (GEBARA, 2017, p. 31). Ou seja:

Desenvolveram-se, na maioria das vezes, de forma marginal em relação às instituições da religião, muito embora elas mesmas não se considerem marginais visto que não reconhecem o poder religioso institucional como um poder fundado na justiça e na fidelidade aos novos tempos e às novas percepções da vida (GEBARA, 2017, p. 32).

Foi necessário desmascarar, desobedecer e, gradualmente, romper com as estruturas filosóficas pré-estabelecidas, para além de refletir sobre respeito e valorização das mulheres ainda se mantendo os cânones da teologia tradicional. Gebara (2017, p. 38), em crítica a trabalhos feitos por teólogas nessa linha de pensamento, sinaliza “a dificuldade de trabalharmos as matrizes que sustentam o poder patriarcal em nós e de reconhecermos que as opressões milenares não cessam apenas a partir do momento que delas tomamos consciência ou no momento em que delas incluímos novos sujeitos históricos”. É nesse cenário que práticas teológicas feministas encontram força e espaço fora da Igreja, explorando a possibilidade de se pensar a relação subjetiva como o divino sem a intermediação sacerdotal e envolvendo associações progressistas ao redor do mundo.

Com esse apanhado sobre a Teologia Feminista, procuro relacionar seus conceitos às práticas interseccionais que desenvolvo no NINFEIAS. Se a interseccionalidade está no campo da descolonização de corpos e mentes, no recorte das subjetividades humanas e em seu aspecto relacional, percebo o feminismo teológico trilhar esse caminho. No pensamento feminista religioso está a legitimação das diversidades étnico raciais, voltadas à religiosidade de mulheres de origem africana (*womanist theology*), latino-americana (*teologia mujerista*) e asiática (*asian american women theology*), e também de gênero e sexualidade, como a teologia *queer* e a teologia das mulheres lésbicas. No contexto latino-americano, é possível observar como as teologias progressistas problematizam a construção cis hetero patriarcal cristã capitalista no continente.

Assim há mulheres negras e indígenas na América Latina refletindo sobre suas raízes no confronto com o cristianismo trazido pelo colonizador. Há mulheres camponesas que começam a refletir sobre a cultura cristã rural e os processos de dominação do campo e das mulheres por meio da religião. Há as mulheres teólogas ecofeministas que aliam a problemática da opressão feminina à problemática da destruição ecológica (GEBARA, 2017, p. 48-49).

A Educação, no Brasil, é uma seara que a onda dogmática cristã invade e na qual legitima preconceitos. Tratar o feminismo no ambiente escolar é, desse modo, movimento de resistência e libertação de consciências, assim como, na mesma direção, propõe a Teologia Feminista. Nas minhas experiências como arte educadora, são esses os desafios que me proponho a enfrentar.

PRÁTICA II: OFICINAS

Estar em contato com escolas públicas e periféricas foi uma escolha pedagógica que fiz desde o início das práticas que desenvolvi dentro dos estágios obrigatórios do curso de Licenciatura em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto. Acredito que quem se licencia em instituições públicas de ensino deva voltar seu trabalho em alguma medida à Educação Básica, dando retorno à população pela sua formação acadêmica, especialmente na abordagem de temáticas que possam libertar corpos e pensamentos de pré-conceitos enraizados desde muito cedo, também no ambiente escolar. Trilhando esse caminho pelo viés do feminismo, não vou sozinha: levo a força de muitas mulheres comigo. Como já afirmei, o NINFEIAS tem um valor muito especial para mim, pois trata-se de um trabalho coletivo, pensado, problematizado, reajustado e realizado por mulheres de união e acolhimento, a quem eu devo muito do que sou como pessoa, e não apenas como arte educadora. Foi nesse coletivo que encontrei meu lugar!

O viés pedagógico no trabalho do NINFEIAS não é recente. As ações desenvolvidas pelo núcleo sempre visaram uma atuação para além dos muros da universidade, em um contato direto com a comunidade ouro-pretana. Impulsionadas pelo processo de formação em Licenciatura, nós entendemos a escola como um lugar de potência, de partilha de conhecimento e aprendizados que valorizam a diversidade do ser. Se é na escola que temos os primeiros contatos com o universo social, é justamente no ambiente escolar que deve ser ensinado e aprendido que todas as formas de existir e viver precisam ser respeitadas. Foi com esse intuito que, desde 2018, entramos em sala de aula com o projeto de extensão *NINFEIAS na Escola – gênero e educação pela igualdade*, pelo qual são realizadas oficinas que tratam de questões étnico raciais, de gênero e classe com estudantes de escolas periféricas de Ouro Preto e distritos. Assim, foram unidos dois âmbitos essenciais na minha vida: o feminismo e a arte educação. E são minhas práticas como arte-educadora, realizadas em 2019 durante o desenvolvimento do projeto, que discuto a seguir.

A Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade é uma instituição pública ouro-pretana localizada no bairro Padre Faria. Um espaço com muita receptividade às atividades extracurriculares, cuja equipe pedagógica é engajada e interessada no trabalho com temáticas

sociais. Foi com essa instituição que as integrantes do Núcleo estabeleceram um contato mais frequente e direto, na realização do projeto *NINFEIAS na Escola*. Tanto a diretora como a pedagoga nos receberam de braços abertos e auxiliaram fortemente no nosso processo. Então, entre maio e dezembro de 2019, tive o privilégio de estar na escola ao lado da arte educadora Keila Assis, desenvolvendo oficinas junto às turmas do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, que traziam temáticas sobre desigualdades sociais a partir de uma perspectiva interseccional. Em se tratando delas, as turmas nos surpreenderam, sobremaneira, com a curiosidade, a mente aberta e a lucidez com que trataram dos diversos assuntos propostos.

Durante as oficinas realizadas junto ao 4º ano, que tinha cerca de 20 crianças, percebemos a necessidade de contextualizar o trabalho de acordo com a realidade delas: seu estilo de vida, gostos e ideias. A partir de então, a cada fim de aula as crianças respondiam a questionários que, mais tarde, se tornaram portfólios, com perguntas do tipo: “Qual filme você mais gosta?” “Quem mora com você?” “Qual sua música preferida?”. A respeito dessa última indagação, suas respostas nos chamaram atenção para o fato de ser o *funk* um gênero musical muito presente em suas vidas. Partindo da pesquisa das letras e clipes das músicas apontadas pela turma, finalizamos o processo com a criação de uma paródia musical construída coletivamente em sala, a partir do funk *Maladeza*, de MC Rick.

Desce maladeza, sobe maladeza! // Vai representando, dando suco de ameixa (2x) //
Que sucão! Que isso? Tá de sacanagem! // Põe a boca na garrafa que eu tô querendo
água! // Eu vou tomar água (2X) // Eu vou tomar água na minha garrafa!

Ressignificando a letra misógina e machista de um *funk* sem, contudo, alterar seu ritmo e estilo, as crianças perceberam que o problema não é escutá-lo (muito pelo contrário, trata-se de um dos maiores gêneros musicais da cultura brasileira), mas, sim, compactuar com ideias que ferem e desrespeitam outras pessoas, o que acontece em todos os gêneros musicais.

Rever nossas práticas e compreender que nossa voz não deve ser fixa, muito menos a única, certamente é um dos nossos maiores desafios como professores. Talvez possamos superá-lo quando nos dermos conta de que, ao permitir que os alunos participem do processo de produção do conhecimento e tenham voz, nós também saímos da sala de aula mais fortalecidos (TOLENTINO, 2018, P. 59).

Com a turma do 5º ano, o foco das dinâmicas foram as questões de gênero e sexualidade. É fato que o sistema binário molda as estruturas sociais, e a escola é, infelizmente, um exemplo nítido da expressão das dicotomias menino/menina. O sexo biológico ainda é critério de separação de corpos no espaço escolar, invisibilizando outras expressões de gênero, ao passo que legitima discursos misóginos e homofóbicos entre as crianças. A narrativa cristã, tão perpetuada culturalmente, coaduna com o binarismo, reforçando os padrões de superioridade

masculina e a consequente submissão da mulher. Passagens bíblicas (BÍLIA, 2017) como “E da costela que o Senhor Deus tomou do homem formou uma mulher; e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; esta será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada” (Gênesis 2: 22-23) e, ainda, “Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão, o seu sangue é sobre eles” (Levítico 20:13), perpetuam uma lógica sexista e preconceituosa, introjetando nas crianças, por exemplo, os papéis de gênero. Nesse pensamento, constata-se que o homem cis hétero é, por excelência, o ser determinante, feito à “imagem e semelhança” de Deus, em contraponto ao ser sujeitado, a mulher. Assim, essa ideologia é utilizada como justificativa para posturas e práticas discriminatórias, sendo que as crianças reproduzem facilmente discursos preconceituosos, perpetuados dentro de casa e na escola também.

Atentas a essa questão, Keila e eu introduzimos a temática a partir de jogos que estimulassem a reflexão sobre a construção das performances de gênero, como o Jogo do E.T.¹⁵ e o jogo *Coisas de Quem?*¹⁶. À medida que as camadas que envolviam os conceitos de gênero e sexualidade ficavam evidentes para as crianças, fomos avançando e levamos referências (através de fotos e vídeo clipes) de artistas e personalidades transsexuais, como Lineker, e de *Drag Queens*, como Pablllo Vittar, compartilhando informações sobre a existência de cada categoria. Até, por fim, chegarmos a rodas de conversa, em que discutíamos acerca das construções sociais de gênero. Motivo para o êxito das dinâmicas em ambas as turmas foi, sem dúvidas, a participação da professora responsável Kelly Oliveira como mediadora, influenciadora e auxiliadora nas discussões sobre esses temas.

Construir contextos propícios à reflexão crítica sobre as diferentes formas de existência tem se tornado cada vez mais desafiador para professoras e professores de todo o Brasil. O programa *Escola sem Partido*¹⁷ tem seus preceitos voltados à fiscalização e criminalização de

¹⁵ Jogo do E.T: Avisadas de que um E.T acabara de chegar ao Planeta Terra e gostaria de saber o que é um menino e uma menina, a missão das crianças era modelar, com argila, 2 bonecos que representassem, fenotipicamente, um menino e uma menina. O intuito da oficina foi abordar, de forma lúdica, questões de performatividade de gênero e identidade sexual. Os corpos modelados pelas crianças foram extremamente híbridos (seios avantajados + pênis, por exemplo) levando-as a concluir que “Existem muitos jeitos de ser menino e ser menina.” Registros disponíveis em: <<https://www.instagram.com/p/B4H3E2qgA5x/>>. Acesso em 30/07/2021.

¹⁶ Jogo *Coisas de Quem?*: Cada criança levou à escola alguns de seus brinquedos favoritos. Foram traçadas duas linhas divisórias no chão da sala (com fita crepe) simbolizando três categorias: brinquedos de menino e de menina. As crianças então deveriam, inicialmente, posicionar os brinquedos em suas respectivas categorias. O que se pode perceber foi que a maioria se encaixou tanto para meninas quanto para meninos. A partir daí foi aberta a sessão debate, chegando todas juntas ao seguinte veredito: “que bobagem isso de menino e menina: os brinquedos são de todo mundo brincar!” Registros disponíveis em: <<https://www.instagram.com/p/B4H3A-qgmTY/>>. Acesso em 30/07/2021.

¹⁷ O *Escola sem partido* foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, com o lema “educação sem doutrinação”, e conta com Anteprojetos de lei Federal (PL 867/2015), e também com decretos a nível estadual e

docentes, sustentando a falácia de uma pretensa “neutralidade” na Educação e resumindo o posicionamento político crítico ao partidarismo. Conforme descrito em seu próprio site¹⁸, “a pretexto de ‘construir uma sociedade mais justa’ ou de ‘combater o preconceito’, professores de todos os níveis vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para ‘fazer a cabeça’ dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral”. A respeito do último aspecto citado, a proposta desse programa é que os conteúdos didáticos não divirjam das convicções morais e religiosas dos pais de alunas, alunos e alunas. Perigosamente, a esfera privada (familiar) impõe limites à Educação, relativizando o ensino das humanidades (disciplinas de Filosofia, Sociologia e Artes), bem como de temas ligados à saúde pública.

Além de enganoso, o pacote é perverso, pois perverte explicitamente os marcos legais sobre os quais se ampara, ou seja, a Constituição e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). Afinal, o artigo 5º da Constituição garante não apenas a “liberdade de consciência e de crença”, mas também de “convicção filosófica ou política”. Além disso, assegura que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação”. E se o artigo 206 defende a “liberdade de aprender”, esta liberdade também é para “ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Se ele defende o “pluralismo de ideias”, a defesa também é feita do pluralismo “de concepções pedagógicas”. Por que eles omitem isso? (NICOLAZZI, 2016, p. 84).

Aliado ao movimento Escola Sem Partido, o discurso da “ideologia de gênero”¹⁹ vem, desde os anos 1990, em confronto com as temáticas concernentes à diversidade de gênero nas escolas. Com forte apelo da Igreja Católica, teólogas acadêmicas discursaram no Senado em defesa da família, da conformação heterossexual, da criminalização do aborto e do controle dos direitos reprodutivos das mulheres. O que as forças políticas e religiosas conservadoras querem é deturpar a luta social das minorias em prol de uma Educação equânime, reduzindo-a a um conceito equivocado de ideologia e causando na sociedade, assim, “um pânico moral” (MISKOLCI, CAMPANA, 2017), ao passo que mantêm o controle hegemônico do Estado. Atualmente, está em circulação uma consulta pública²⁰, realizada pelo Senado a respeito de tornar crime a “ideologia de gênero” nas escolas.

É preciso que a escola como um todo se atente às constantes tentativas de boicote à diversidade dos conteúdos curriculares, reconhecendo cada discente como ser sociocultural, de

municipal. O projeto de Lei Nº 193, de 2016 visa incluir o programa entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

¹⁸ Site Escola sem Partido, disponível em: < <http://escolasempartido.org> >. Acesso em 19/07/2021.

¹⁹ O discurso da ideologia de gênero vem sendo difundido no país desde que a categoria gênero foi inserida em documentos das conferências sociais da ONU, na década de 1990. Existem os projetos de lei número 1.859/2015 (PSDB/DF), e número 1.411/2015 (PSDB/RN), que visam alterações da LDB no que se refere a políticas de ensino, contra a ideologia de gênero, ou mesmo o uso dos termos ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’ nas escolas.

²⁰ Link de acesso à consulta pública: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=133917>

modo a pensar nos deveres de uma Educação Intercultural. Cabe ressaltar que os projetos de oficina do NINFEIAS na Escola estão respaldados pela Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a abordagem das temáticas de sexualidade e de gênero nas escolas, bem como pelo Projeto de Lei nº 598/19, que inclui na LDB o conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica. No tocante às temáticas étnico raciais, ancoram-nos os parâmetros nacionais da LDB da Educação Básica, como as leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008 que, juntas, incluem o ensino da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena nos Ensinos Fundamental e Médio no Brasil.

Além das questões de gênero, as relações étnico raciais são pautas indissociáveis do feminismo interseccional, no qual nos referenciamos. Como arte educadora, procuro refletir a respeito do papel docente numa educação antirracista para alunas/os/es da Educação Básica. Para tanto, e antes, quero relatar um incidente ocorrido na *IV Semana Afrofeminista*, durante uma batalha de rap do grupo Batalha da Pracinha, composta por jovens ouro-pretanos do bairro Bauxita.

A ação aconteceu em praça pública do Padre Faria como incentivo à participação de jovens da comunidade na batalha de rimas. Na ocasião, a programação original desse evento coincidia com o horário de início da missa, 19h, realizada na igreja ao lado. Ciente da inconveniência de atrapalhar a celebração, a equipe da Batalha da Pracinha aguardou o fim dela para dar início à ação. Tudo corria bem, com as pessoas da comunidade se achegando aos poucos, para assistir ou mesmo participar da batalha. De repente, a polícia chega, ordenando que o som fosse desligado e começando a interrogar participantes. Em conversa do policial com o NINFEIAS, informamos que se tratava de um evento artístico e que tínhamos o aval da comunidade para continuar, contudo sem sucesso. Mais tarde, nossa equipe soube que quem havia feito a denúncia que interrompeu a ação fora o padre celebrante da missa naquela noite. Esta foi a única ação da programação do evento a sofrer boicote e a recordação desse episódio me instiga algumas reflexões.

O rap, gênero artístico musical popular e urbano, integra a cultura hip hop, sendo expressão de luta da população negra desde o século XX nos EUA. No Brasil, grupos como Racionais MC's são porta voz das reivindicações político-sociais da favela e de questões subjetivas da negritude, no contexto da MPB: "Música Preta Brasileira" (OLIVEIRA, 2018, p.24). As batalhas de rap funcionam a partir de uma postura de enfrentamento, em que grupos se confrontam nas letras e ritmo acelerado das rimas. As temáticas são de empoderamento, como um grito que ecoa a realidade da população jovem marginalizada do país. A Batalha da Pracinha reuniu a juventude local para que tivessem acesso à arte do rap, um movimento que

considero muito importante nas comunidades periféricas. O fato de justamente essa ação sofrer interferência policial denota o caráter repressivo que, massivamente, é voltado às expressões sociais e culturais de origem negra no país.

A denúncia ter partido de um sacerdote da Igreja Católica me faz refletir sobre a incidência da ética cristã no cotidiano da comunidade. Será que, se ao invés de um grupo de rap fosse apresentada uma oficina de balé, haveria denúncia? A polícia iria até um bairro nobre da cidade para interromper uma mostra artística? A atitude reprovadora do padre poderia ter influenciado moradores/es do bairro a não participarem do evento ao saírem da igreja? Será comum, na realidade do bairro, expressões artísticas como aquela, além das voltadas ao trabalho da Pastoral da Juventude, por exemplo? E, por fim, legitima-se outro fazer religioso no bairro para além das celebrações católicas? Sem a pretensão de generalizar a expressão local do catolicismo a uma conduta individual, como foi o caso, enxergo tais questionamentos como estímulos para entender como a moralidade cristã opera na repressão a manifestações que, de alguma forma, divergem dos dogmas preestabelecidos.

Muito se estuda a respeito da incidência de entidades religiosas²¹ (ONGs, associações, redes, grupos etc.) realizando um trabalho de assistência social em comunidades carentes, com projetos nas áreas de saúde, higiene, assistência pública, prestação de contas, entre outros. Noções cristãs de caridade, missão e participação são utilizadas como metodologia de cura para pessoas em situação de vulnerabilidade, como em prisões e em clínicas para pessoas viciadas (LIMA, 2012). A questão posta é que, embora assertivo, o fazer dessas entidades insere as/os/es assistidas/os/es em práticas da religiosidade nelas vigente, como missas e cultos, leitura da bíblia e confissão. É o retrato do cristianismo acessando lugares onde o Estado deveria, mas não chega. Nesse cenário, são ignorados aspectos da diversidade religiosa.

Quando são considerados “tradições culturais”, por exemplo, os ritos africanos são mais facilmente incorporados às imagens de identidade nacional do que quando são tratados como “ritos religiosos”. Já muitos ritos cristãos tais como missas, caminhadas etc., conseguem mobilizar em nome de uma coletividade cívica um amplo leque de movimentos religiosos distintos. É impossível definir de antemão qual elemento simbólico é mais apto à produção de consensos compartilhados a respeito de como as coisas são ou devem ser definidas na vida social. De qualquer modo, estamos trabalhando com o suposto de que, quanto maior a aptidão de um determinado repertório para integrar lealdades locais a uma comunidade imaginada mais inclusiva, maior será sua capacidade de conferir à esfera pública sua linguagem, suas escolhas, suas formas de sensibilidade e juízo (MONTERO, 2012, p. 177).

²¹ Um exemplo é a Rede Nacional de Assistência Social (RENAS), rede de organizações protestantes, com agentes capacitadas/os/es como “missionárias/os/es” para o trabalho social.

Na comunidade ouro-pretana de Santa Efigênia, a exemplo dos ritos religiosos, existe o Congado, movimento considerado cristão, mas que mantém em suas raízes as tradições culturais e religiosas africanas. Segundo Olívia Coelho²², “é uma festa linda, uma festa muito espiritualizada e muito preta! As pessoas já têm um sistema de pertença, pelo menos, dessa vivência, dessa ancestralidade, desse contato com essa cultura e por isso a gente já vai trabalhando também empoderamento, apropriação”. A discriminação contra vivências que não se enquadram nos padrões hegemônicos é uma das facetas de opressão do cristianismo, percebida fortemente ainda na atualidade, a exemplo do ataque às religiões de matriz africana.

Com monopólio da educação e na condição de religião oficial do Estado, a Igreja Católica contribuiu com o projeto político governamental de branqueamento da população brasileira, fortalecido no século XIX com a imigração que sustenta, pelo mito da democracia racial (FERNANDES, 1964), a ocidentalização da identidade nacional. A própria narrativa bíblica²³ fora utilizada como justificativa para a escravização dos africanos e catequização dos indígenas, ao negar sua humanidade, e atravessou o período colonial, chegando à atual destruição de Comunidades Tradicionais de Terreiro, perseguição a praticantes e demonização de aspectos simbólicos da religiosidade afro-brasileira, a exemplo da candomblecista²⁴, por parte de religiosos conservadores, católicos e evangélicos²⁵.

Em contracorrente ao racismo religioso²⁶, o babalorixá e doutor em Linguística Sidnei Nogueira (2020) propõe o que nomeia uma Epistemologia Negra, ligada à ética do Candomblé

²² Em entrevista concedida a mim, realizada em 10/12/2020 e disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PBuG_1d3fcGGvedG588iyEMc0DNnHhIm/view?usp=sharing>. Acesso em 03/07/2021.

²³ Rodrigo Severo dos Santos (2020) ao associar a performance *Atos de transfiguração: receitas de como fazer um santo*, do Artista Antônio Obá à temática do quadro *A redenção de Cam*, de Modesto Brocos, faz menção a passagem bíblica na qual Cam, filho de Noé, é amaldiçoado e se torna escravo (Gênesis. 9,18-27), pontuando que “Essa maldição autorizada por Deus serviu de fundamentação teológica para a igreja católica justificar a escravidão no mundo moderno, partindo do pressuposto de que os povos negros de África seriam os descendentes de Cam” (SANTOS, 2020, p.83).

²⁴ Um exemplo desse processo são as representações do demônio na cultura católica, com referência à figura de Exu - entidade pertencente ao Candomblé. Tais estruturas racistas se materializam, ainda, na hegemonia das imagens sacras no catolicismo, como o embranquecimento dos santos, anjos e da figura de Jesus Cristo (que nas representações em geral mais se assemelha a um europeu do que ao homem judeu que foi).

²⁵ Pode-se constatar tal fato observando matérias como as disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/relatos-apontam-proliferao-de-ataques-as-religoes-afro-brasileiras.shtml>> e em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/religoes-matriz-africana-intolerancia/4/>>. Último acesso em 19/07/2021.

²⁶ O autor justifica o uso de tal terminologia. De acordo com ele “o termo intolerância religiosa, apesar de comumente usado, limita nossa luta apenas aos ataques isoladamente. Entretanto, se o ampliamos para racismo religioso somos conduzidos para a estrutura racializada do Brasil, onde se encontra a raiz do problema” (NOGUEIRA, 2020, p.46).

em seu afrossentido²⁷, a fim de combater o *status quo*, branco e etnocêntrico, que hierarquiza as religiões.

O racismo religioso quer matar existência, eliminar crenças, apagar memórias, silenciar origens. É a existência dessas epistemologias culturais pretas que reafirmam a existência de corpos e memórias pretas. É a existência dessas epistemologias pretas que evidenciam a escravidão como crime e o processo de desumanização de memórias existenciais pretas. Aceitar a crença do outro, a cultura e a episteme de quem a sociedade branca escravizou é assumir o erro e reconhecer a humanidade daquele que esta mesma sociedade desumanizou e matou (NOGUEIRA, 2020, p.63).

O racismo tem total influência na desvalorização da cultura afro-brasileira, sendo as consequências desse processo de inferiorização perceptíveis no ambiente escolar, como bem pontua Erisvaldo Pereira dos Santos, em *Reexistência Negra e escravidão na Educação das relações étnico raciais*. Segundo ele, é necessário na atividade docente reconhecer, sob outra concepção filosófica, a consciência política dos povos escravizados que, se rebelando de diversas formas, construíram legados de resistência, como os Quilombos, por exemplo. (SANTOS, 2016) É preciso humanizar a figura das/os/es colonizadas/os/es, destacar sua cultura, riqueza e fé, escapando da lógica opressiva que as/os/es submetem a meras personagens da história colonial.

Na lógica hegemônica, o ser branco é ser humano por excelência e, tudo que não deriva da estética europeizada, é colocado na esfera do “outro”, aquém de seus direitos²⁸. Tal cenário colabora com e estrutura dicotomias como belo/feio, certo/errado, bom/ruim, que invadem o ambiente escolar e minam a autoestima de crianças e adolescentes racializadas/os/es na Educação Básica. Estimular a autoconfiança e destacar aspectos positivos físicos²⁹ e comportamentais de tais estudantes se faz, então, uma prática pedagógica necessária.

Em abril de 2021, devido ao contexto de isolamento social gerado pela pandemia de Covid-19, ministrei oficinas em caráter virtual, como estagiária, para turmas do 6.º ano do Ensino Fundamental da E.E. José Leandro, localizada no distrito rural ouro-pretano de Santa

²⁷ Para Nogueira (2020, p.66) “A episteme do afrossentido está na liberdade dos sentidos e das existências, na liberdade das vivências, das experiências e do compromisso com o que se é. No cerne do afrossentido está, mais uma vez, o mercado-encruzilhada de Exu e todas as possibilidades de trocar caminhos”.

²⁸ Em sua obra *Branquitude e negrofilia: o consumo do outro na Educação para as relações étnico raciais*, Wellington Oliveira dos Santos (2019) destaca o processo colonial violento do uso da história, cultura e corpo colonizados para extrair o “exótico” do povo negro, ou seja, folclorizar sua existência, gerando assim a relativização do racismo e a banalização das diferenças que até hoje perduram na nossa sociedade.

²⁹ O racismo no Brasil é fundamentado no preconceito de marca. Pelo pensamento do antropólogo Oracy Nogueira (2006), o preconceito de marca é pautado fenotipicamente, ou seja, pela cor da pele e traços negroides, diferente do preconceito de origem, que se dá em caráter genótipo dos grupos sociais de países como os EUA. Exemplos do preconceito de marca no cotidiano são o racismo recreativo (piadas com o cabelo crespo, analogia de pessoas negras a animais, por exemplo) e as interações pessoais (mesmo as afetivas, como namoro e amizades interracialiais) nas quais ele se manifesta muitas vezes de maneira velada.

Rita, com supervisão do professor de Artes Giovany Oliveira. A proposta foi propiciar dinâmicas que possibilitassem maior interação entre as crianças e o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e corporais, bem como estimular debates sobre a valorização dos direitos humanos e o respeito às diferenças, em paralelo ao conteúdo obrigatório vigente no Plano de Estudo Tutorado (PET).

Na segunda semana de aula, propus uma atividade de autorretrato: com os olhos fechados, as crianças desenharam em uma folha de papel a forma como se viam. Os autorretratos multicores foram compartilhados no coletivo e comentados com as/os/es colegas. Em seguida, foi disponibilizado um formulário contendo algumas perguntas a respeito do tema autoestima, compartilhado em aula de modo a preservar a identidade de cada criança. O que pude notar, felizmente, foi a valorização que essas crianças têm de si mesmas, não apenas em termos de aparência, mas também em relação a sentimentos e valores. Uma das respostas ao tópico “Cite uma qualidade sua” foi “Eu amo os animais!”. O processo de descoberta dos passatempos das crianças, sua relação profunda com esportes, desde dançar até andar de bicicleta, se deu de forma espontânea.

O ciclo das oficinas se encerrou com o jogo *Eu e o Outro*, que consistiu na seguinte dinâmica: em uma folha de papel, as crianças citaram 3 qualidades que veem em si mesmas. Em seguida, uma a uma, elas leram essas qualidades e atribuíram-nas a uma/um ou mais colegas de turma. Qual não foi a minha emoção quando Maria (nome fictício), ao ler suas qualidades, disse “Criatividade eu vou dar para vocês (eu e Gio). Eu adoro Artes! Eu conto os dias para essa aula.”

Gosto de pensar o caminho da afetividade como sendo um portal para externar sensações que o formato tradicional, recrudescido na escola, muitas vezes não nos permite acessar. O afeto contribui para tornar fluida e horizontal a relação ensino-aprendizagem, não sendo o ser educador o mestre, detentor do conhecimento e sim o continente, o ponto de apoio para a criança, numa perspectiva humanizadora do educar. Se cabe a nós, professoras/es, a tarefa de acolher e estar atentas/os/es às necessidades das alunas, alunos e alunas em suas diferenças, realizá-la através do afeto faz muito sentido.

Ao relatar minhas experiências pedagógicas dentro e fora da sala de aula busquei também mostrar como o respeito pela diversidade pode se dar, entre outros meios, pelo diálogo entre diferentes formas de viver, de ser e de crer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como arte educadora, enxergo no lecionar a possibilidade de exercer uma prática feminista. São professoras, coordenadoras, pedagogas, diretoras, supervisoras, cantineiras e recreadoras a maioria das pessoas responsáveis pela gestão da educação no Brasil (INEP, 2020). Mulheres sustentam a Educação Básica do país e, também por isso, friso a urgência de se praticar feminismo no contexto escolar, tão feminizado.

O termo “feminismo” assusta em razão da forma como é disseminado midiaticamente: seja demonizando a causa ou usando-a para obter lucro. Minha avó, naquela cidadezinha religiosa do interior, por não ter o acesso educacional que tive, talvez entenda o feminismo como vulgaridade ou nem saiba do que se trata. O desafio do projeto *NINFEIAS na Escola*, por exemplo, é, ao entrar no ambiente escolar, desmistificar o feminismo e fazer compreender que se trata da valorização da vida em equidade, em liberdade.

Longe de querer ser utópica em relação ao conceito de liberdade, recuso-me aqui a tratá-lo de maneira genérica. Não há possibilidade de se falar de liberdade sem pensar na emancipação e descolonização de corpos e mentes. Como tratar de liberdade em corpos socialmente segregados e subjugados por sua etnia?³⁰ Como tratar de liberdade entre mulheres, quando desde o nascimento somos lançadas no universo da rivalidade feminina, onde a outra é sempre minha inimiga? Como tratar de liberdade com crianças e jovens de baixa renda que se sentem “intrusas/os/es” na própria cidade?³¹ Por isso a importância da interseccionalidade em sala de aula, ou seja, de pedagogias que levem em conta as opressões e privilégios da criança em diferentes contextos e, também, de saber que estes fatores são interdependentes.

As artes são um campo fértil para tratar temáticas de cunho político social, sendo capaz de expurgar anseios, sentimentos e sensações e, ao mesmo tempo, denunciar a realidade que nos aflige. Não é por acaso que a disciplina de Artes é um dos principais alvos do atual governo no projeto de desmonte à Educação, já que artistas, tão pouco valorizadas/os/es resistiram e resistem na luta e seu fazer artístico ecoa as reivindicações de um povo desassistido em seu contexto de vida.

³⁰ No período da escravidão, as pessoas trazidas a força ao Brasil eram separadas nos navios negreiros. O intuito de misturar tripulantes de diferentes línguas, tribos e regiões era negá-las/os/es a comunicação e interação entre si, bem como o reconhecimento identitário.

³¹ Em Ouro Preto (cidade com a segunda maior população negra do país), percebo três tipos de classificação da população: estudantes da UFOP e turistas, de classe média e que circulam na parte central da cidade, e as/os/es ouro-pretanas/os/es, pessoas marginalizadas sistematicamente e que, raramente, têm acesso à Universidade.

Através das minhas práticas artístico pedagógicas, neste trabalho analisadas, procuro partilhar tentativas e estratégias para uma educação libertadora (FREIRE, 2002), afastada dos modelos mecanicista e organicista de educação. Tais modelos encontram-se ainda vigentes na escola, que, por suas bases manufatureiras, mantém uma lógica fabril da divisão do trabalho, em que a mão de obra barata (docentes) opera máquinas (discentes) utilizando ferramentas ideológicas de dominação: os livros didáticos (SILVA, 2017). A ausência de temáticas étnico raciais negras e indígenas nos conteúdos didáticos das escolas brasileiras é um fator que culmina no apagamento e discriminação dessas culturas. Nesse contexto, disciplinas como a de Ensino Religioso mantém seu foco na catequização em detrimento do estudo histórico das diversas religiões existentes. Defendo, pois, práticas pedagógicas feministas em espaços de religiosidade, em sua diversa e livre expressão, como oportunidade de problematizar concepções e pré-conceitos socialmente normalizados.

Nenhum pensar e/ou fazer é neutro, na medida em que a subjetividade (crenças, gostos, opiniões) é moldada ao longo da vida através das relações humanas. A idealização de um ser “universal”, feito à imagem e semelhança de Deus, trafega pelas categorias da identidade de gênero (cis masculino), da orientação sexual (hetero normativa), pelas questões étnicas (ocidental, europeia) e raciais (branca). Destrinchar estruturas que há séculos foram universalmente postas é entender em profundidade como o sistema de opressão patriarcal capitalista se constrói e, para além, como agir na contracorrente. Esse caminho se faz possível de maneira não isolada, mas em com-junto, ao nos depararmos com outras experiências, outras religiosidades, outros meios de se viver, não para se chegar ao mesmo destino, e sim para mostrar, justamente, que não existe um destino só. Somos plurais.

Reconhecer a raiz colonial-patriarcal impregnada no cristianismo é um movimento necessário a nós praticantes que, ao suspeitarmos³² dos cânones e dogmas impostos, tornamos possíveis práticas coletivas cada vez mais engajadas. Nesse sentido, iniciativas como a leitura popular da Bíblia³³ são mecanismos para se problematizar a lógica androcêntrica das escrituras sagradas, aproximando-as da realidade do povo em seu contexto territorial, étnico racial e de gênero.

³² Elisabeth S. Fiorenza (2009) pontua a “Hermenêutica da Suspeita” como ferramenta de análise crítica das marcações patriarcais e coloniais que se encontram, explícita e implicitamente, nos textos bíblicos.

³³ A leitura popular da Bíblia surgiu no Brasil na década de 1960 e se desenvolveu mais fortemente na região Nordeste, por meio de encontros populares das comunidades eclesiais de base (CEB's). Em sua dissertação de mestrado, Odja Barros (2010) descreve as práticas de leitura popular da Bíblia como integrante do grupo “Flor de Manacá”, composto por mulheres religiosas em Maceió-AL.

Sou católica e feminista. Tenho a certeza de que minha crença não me impede de ser uma mulher que luta em prol da equidade social, e vice versa. Encontrei na Teologia Feminista o amparo necessário para desenvolver essa pesquisa, reiterando a possibilidade de coexistência entre feminismo e religião cristã, em comunhão com outras tantas pensadoras e ativistas atuais brasileiras que aqui trago: Alexya Salvador (2019), Ivone Gebara (2007), Nancy Cardoso (2015), Camila Mantovani (2018), Odja Barros (2010), Romi Bencke (2021), Valéria Vilhena (2016), Lusmarina Garcia (2020), Maria José Rosado (2012), Vanessa Barboza (2019), Angelica Tostes (2018) e Olívia Coelho (2019), mulheres que almejam, ao passo que a praticam, uma religiosidade mais inclusiva. Construir diálogos que também emergem do fazer cristão, com a comunidade, em casa, a respeito de como o feminismo é capaz de balançar as estruturas de poder e romper amarras que, todas/os/es nós, dominam é um compromisso com minha fé.

REFERÊNCIAS

ADICHE, C. N. **Sejamos Todas Feministas**. Tradução: Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Disponível em: < <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/7771/material/LIVRO%20Sejamos-Todos-Feministas.pdf> > Acesso em: 22/10/2021.

ANÁLIO, J. Org. NINFEIAS. **Série Pílulas FEminIstAS 2020**, episódio 7: Interseccionalidade. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=vkX1E6IRENY&t=1s> >. Acesso em: 03/07/2021.

_____. Org. NINFEIAS. **Série Pílulas FEminIstAS 2021**, episódio 4: Feminismo e Religiosidade. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=G2iNL0ve7EY> >. Acesso em: 03/07/2021.

BARBOZA, V. M. G. **Preta Cristã**: Reflexões sobre o processo de autoafirmação no movimento progressista evangélico. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2019. Disponível em: < <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/8517/2/Vanessa%20Maria%20Gomes%20Barboza.pdf> >. Acesso em: 25/10/2021.

BENCKE, R. **Pastora Romi Bencke**: “Quais são os muros que nos dividem?”. [Entrevista concedida ao] CMI, Conselho Mundial de Igrejas, 2021. Disponível em: < <https://www.conic.org.br/portal/noticias/3789-pastora-romi-bencke-quais-sao-os-muros-que-nos-dividem> >. Acesso em: 06/10/2021.

BÍBLIA. Português (Brasil). **Bíblia Sagrada**. Tradução: Pe. Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2017. Número de páginas: 1208.

BRASIL. Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. **Violência Doméstica no meio Cristão**. SPPM, 2021. Disponível em: < <https://www.naosecale.ms.gov.br/violencia-domestica-no-meio-cristao/> >. Acesso em: 22/10/2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Mulheres estão à frente da gestão escolar e da maior pesquisa estatística educacional do país**. INEP, 2020. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-estao-a-frente-da-gestao-escolar-e-da-maior-pesquisa-estatistica-educacional-do-pais/21206 >. Acesso em: 30/07/2021.

_____. LEI N° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 1° Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Art. 2° Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade e dá outras providências

_____. LEI N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____. Projeto de LEI Nº 5166, de 2005. Dispõe sobre os crimes de antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico ou inviável, e dá outras providências.

_____. LEI Nº L 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da constituição federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o código de processo penal, o código penal e a lei de execução penal; e dá outras providências.

_____. Projeto de LEI Nº 7.443, de 5 de setembro de 2006. Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre a inclusão do tipo penal de aborto como modalidade de crime hediondo.

_____. LEI Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Projeto de LEI Nº 6583, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.

_____. Projeto de LEI Nº 8116, de 19 de novembro de 2014. Apensa-se à Lei nº 478, de 19 de março de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.

_____. Projeto de LEI Nº 4931, de 6 de abril de 2016. Dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção a Dignidade Humana.

_____. Projeto de LEI Nº 598, de 19 de julho de 2019. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

_____. Senado Federal. **SUGESTÃO nº 24 de 2018 (SUG 24/2018)**. Disponível até 02/08/2021 em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=133917>>. Acesso: 02/08/2021.

BUENO, S.; BOHNENBERGER, M.; SOBRAL, I. **A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico**. Fórum de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 02/08/2021.

CNBB. Pastoral da Juventude. **Campanha nacional de enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher - Pela Vida das Companheiras**. GT Central da campanha, 2019. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0ByGTiXuN5H6RVINmLWZZTIFVNDJ1dlJ5U05BRk9XX1JSY3RB/view?resourcekey=0-vGgaQ799mAAmN0sFNXqf5A>>. Acesso em: 30/07/2021.

CRUZ, J. I. de La. **Sor Juana Inés de la Cruz**: Brochura de Obras Seleccionadas. Nova Iorque: *WW Norton & Company*. 30 de novembro de 2015.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. **Pesquisa Nacional do Aborto**. UnB, 2016. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31828>>. Acesso em: 30/07/2021.

DOCUMENTO DA CNBB, **Diretrizes gerais da ação da Pastoral da Igreja no Brasil, nº44**. São Paulo, Paulinas, 1983.

FERNANDES, F. **A integração do Negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ed. USP, 1964, Capítulo III O Mito da Democracia Racial (p. 304-327).

FIORENZA, E. S. **Caminhos da sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista**. São Bernardo do Campo: Ed. Nhanduti, 2009.

FEITOSA, F. P. O Concílio Ecumênico Vaticano II: Uma Primavera para Igreja. **Revista IHU**, 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590880-o-concilio-ecumenico-vaticano-ii-uma-primavera-para-igreja>>. Acesso em: 06/10/2021.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

GARCIA, L. C. O pensamento cristão é fonte de violências contra meninas e mulheres. Site **Catarinas: Jornalismo com perspectiva de gênero**, 2020. Disponível em: < <https://catarinas.info/o-pensamento-cristao-e-fonte-de-violencias-contrameninas-e-mulheres/> >. Acesso em: 25/10/2021.

GEBARA, I. **Rompendo o Silêncio - uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

_____. **Mulheres, religião e poder: ensaios feministas**. São Paulo: Ed. Terceira 19Via, 2017.

_____. **O que é Teologia Feminista**. Tatuapé: Ed. Hedra Ltda, 2017. 1ª edição, 202007 - 1ª edição eBook 2017.

_____. A Teologia da Libertação e as mulheres. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 2123, e61023, 2020.

LIMA, J. C. S. **Violência e Religião: uma abordagem sobre o trabalho de recuperação e reabilitação de viciados em Clínicas Evangélicas de São Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

LOSCHI, M. **Taxa de homicídio de pretos ou pardos é quase três vezes maior que a de brancos**. Agência IBGE Notícias, 2019. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25999-taxa-de-homicidio-de-pretos-ou-pardos-e-quase-tres-vezes-maior-que-a-de-brancos>> Acesso em: 02/08/2021.

MACHIAVELLI, M. **Significados da Campanha da Fraternidade para a Renovação Carismática Católica e a Pastoral da Juventude**. 2016. 55 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MANTOVANI, C. **Criminalizar as mulheres é imoral**. Site Novos Diálogos, 2018.

Disponível em: < <https://novosdialogos.com/artigos/criminalizar-as-mulheres-e-imoral/> >. Acesso em: 25/10/2021.

MARTON, F. **Relatos apontam proliferação de ataques às religiões afro-brasileiras**. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/relatos-apontam-proliferacao-de-ataques-as-religoes-afro-brasileiras.shtml> >. Acesso em: 19/07/2021.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. v. 32, n. 3, 2017.

MONTERO, P. Controvérsias Religiosas e Esfera Pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n.1, p. 167-183, 2012.

NAGIB, M. **Site Escola sem Partido**, disponível em: < <http://escolasempartido.org> >. Acesso em: 19/07/2021.

NICOLAZZI, F. Qual o partido da escola sem partido? **Revista do Lhiste**. Porto Alegre, v. 13, n. 5, 2016.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, v. 19, n. 1, jun. 2007. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015> > Acesso em: 02/08/2021.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. (Feminismos Plurais). Coord. de Djamila Ribeiro. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2020. 160 p.

OLIVEIRA, A. S. Sobrevivendo no inferno. **O Evangelho marginal dos Racionais MC's**. 1ª edição. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2018.

OLIVEIRA, S. **Por que os cultos de matriz africana são alvos da intolerância religiosa?** Rede Brasil Atual, 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/religoes-matriz-africana-intolerancia/4/> >. Acesso em 19/07/2021.

PASSOS, M.; NEVES, L. A. **Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 - 1970)**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

PEREIRA, N. C. **Teologia da mulher**. Encontros Teológicos nº 70/ Ano 30 / número 1 - Rio de Janeiro, 2015, p. 121-157. Disponível em: < <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/77/70> >. Acesso em: 25/10/2021.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do Feminismo Negro**. Primeira ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: < https://img.travessa.com.br/capitulo/COMPANHIA_DAS_LETRAS/QUEM_TEM_MEDO_DO_FEMINISMO_NEGRO-9788535931136.pdf >. Acesso em: 22/10/2021.

ROSADO-NUNES, M. J. F. **O tema do aborto na Igreja Católica: divergências silenciadas**. Ciência e Cultura. vol.64 no.2 São Paulo Abril/Junho 2012. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000200012> >. Acesso em: 25/10/2021.

SALVADOR, A. “É contra esse Deus que mata que a gente luta e resiste” – Entrevista com **Alexya Salvador**. [Entrevista concedida à] GRISALES, Maryuri e BARRETO, Renato. Diálogos, SUR 29 - v.16 n.29 • 257 – 261, 2019. Disponível em: < <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/12/26-sur-29-portugues-entrevista-com-alexya-salvador.pdf> >. Acesso em: 06/10/2021.

SANTOS, E. P. Reexistência Negra e Escravidão na Educação das Relações Étnico-Raciais In: GONÇALVES, C. R.; MUNIZ, K. S. **Educação como prática da igualdade racial na escola**. Mazza Edições, Belo Horizonte-MG, 2016.

SANTOS, O. B. **Uma hermenêutica bíblica popular e feminista na Perspectiva da mulher nordestina**: um relato de experiência. Dissertação (Mestrado em Teologia) 2010. Escola Superior de Teologia. Área: Bíblia. Instituto Ecumênico de Pós Graduação. São Leopoldo: 2010.

SANTOS, R. S. Atos da Transfiguração: mobilizando memórias da população negra através da performance de Antonio Obá. **Ephemer Journal**, vol. 3, nº 6, 2020.

SANTOS, W. O. Branquitude e negrofilia: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais. **Revista PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 37, n. 3 p. 939-957, 2019.

SCHULTZ, A.; MUÑOZ, A.; ROESE, A. Teologia Feminista. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. **Dicionário crítico de gênero**. p.681 – 685, 2.ed., Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

SEGALLA, V. Uma visão popular do Brasil e do Mundo. **Dia Internacional contra a LGBTfobia**: mortes foram subnotificadas no último ano. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/17/dia-internacional-contra-a-lgbtfobia-mortes-foram-subnotificadas-no-ultimo-ano>>. Acesso em: 02/08/2021.

SILVA, M. D.; REIS, L. C. D. Epistemologia e Educação étnico- racial: análise dos manuais didáticos do Ensino Fundamental de Mariana-MG. **Revista Pedagógica**, v.19, n.40, 2017.

SOUZA, N. Z. R. Em defesa da moral cristã? Fundamentos e justificativas da bancada evangélica nos projetos de lei antiaborto. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

STANTON. E. C. *The Woman's Bible*, Seattle, Coalition Task Force on Women and Religion, 1974, vol. 1.

THOMAZ, A. T. **A teologia sem corpo**: por uma teopoética feminista. *Revista Reflexus*, v.12, n.19. 2018.

TOLENTINO, L. **Outra Educação é possível**: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula. Belo Horizonte: Ed. Mazza Edições., 2018.

UNSER, G. M. **Mulher**: de vítima à discípula de Jesus. Passagem de uma condição de violência de gênero para condição de discípula e missionária cristã. Dissertação (Mestrado em Teologia, na Área de Concentração em Teologia Sistemática). 2010. Programa de Pós-Graduação da

Faculdade de Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

VIANA, O. C. C. **Experiências Transversais:** por uma visão mais integrada dos saberes que envolvem a docência na formação do licenciando em Artes Cênicas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Artes Cênicas – Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ouro Preto, 2019.

VILHENA, V. C. **Um olhar de Gênero sobre a Trajetória de Vida de Frida Maria Strandberg (1891-1940).** Tese (Doutorado em Educação, Artes e História Cultural) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2016.